

**14. PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE ONZE POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DA ÁREA DE ARQUITETURA, PREVISTOS NO MAPA DE PESSOAL de 2021:**

Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, proposta relativa ao procedimento concursal para ocupação de onze postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior da área de arquitetura, previstos no mapa de pessoal, conforme proposta em anexo.

A. N. de Castro

21.05.26



## Informação

**Assunto: Procedimento concursal comum para ocupação de onze postos de trabalho na carreira / categoria de técnico superior da área de arquitetura, previstos no mapa de pessoal de 2021**

Face à proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho de técnico superior, área de arquitetura, apresentada pela Chefe de Divisão de Mobilidade e validada pelos superiores hierárquicos, cumpre informar:

Na sequência da proposta apresentada, o Departamento de Recursos Humanos informou a Sr.<sup>a</sup> Vereadora de Recursos Humanos que o mapa de pessoal do Município de Braga para 2021, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 22 de dezembro de 2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 30 de novembro de 2020, prevê o recrutamento através de procedimento concursal ou mobilidade, de mais dez técnicos superiores da área de arquitetura para diferentes Unidades Orgânicas, a saber:

Divisão de Ambiente, Alterações Climáticas e Política Animal - 1 posto de trabalho

Divisão de Gestão de Ocupação do Espaço Público - 1 posto de trabalho

Divisão de Estudos e Projetos Municipais - 2 postos de trabalho

Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento - 2 postos de trabalho

Divisão de Gestão Urbanística - 2 postos de trabalho

Divisão de Licenciamento de Projetos Estruturantes e de Atividades Económicas - 2 postos de trabalho

Nos termos previstos no art.º 30.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20/06, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho tal como consta no mapa de pessoal, devendo o recrutamento ser feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

Nos termos do previsto artigo 18.º da Portaria 125-A/2019, de 30/04, na redação dada pela Portaria 12-A/2021, de 11/01, Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), a entidade que autoriza o procedimento estabelece, no respetivo ato, um prazo de apresentação de candidaturas, com um mínimo de 10 e um máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso;

Conforme art.º 6.º da citada Portaria 125-A/2019, de 30/04, redação atual, para além dos métodos de seleção obrigatórios previstos no art.º 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, a entidade responsável pela realização do procedimento pode, de acordo com o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes aos postos de trabalho a ocupar e o perfil de competências previamente definido, determinar a utilização de métodos de seleção facultativos ou complementares, nomeadamente: entrevista profissional de seleção, avaliação de competências por portfólio, provas físicas, exame médico e curso de formação específica;

Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se para informação tendo em vista decisão da Sr.ª Vereadora de Recursos Humanos, no uso de competência delegada, ao abrigo do n.º 1, do art.º 34.º, n.º 2 do art.º 36.º e alínea a), n.º 2 do art.º 35.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atualizada, de propor:

- a. Ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize desde já, por razões de economia e celeridade processual a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo, bem como sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação de onze postos de trabalho de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, área de arquitetura, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b. Que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis a partir da data da publicação do aviso;
- c. Utilizar a entrevista profissional de seleção como método de seleção complementar;
- d. Que a avaliação psicológica, método de seleção obrigatório, seja realizada por uma entidade especializada pública ou privada e a entrevista de avaliação de competências por detentor de formação e habilitação adequada para o efeito.

Braga, 14 de abril de 2021

O coordenador técnico